

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitetura

ANAIS DO III SEMINÁRIO PROJETAR

porto alegre , 24 a 26 de outubro de 2007

Patrimônio Cultural: Segurança e Acessibilidade

Andrey Rosenthal Schlee e Oscar Luís Ferreira

Professores da disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Endereço: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Campus Universitário, Asa Norte, Brasília-DF. CEP: 70910-900. Fone: (61) 33072817. E-mail: andreysc@terra.com.br, oscar@unb.br.

Patrimônio Cultural: Segurança e Acessibilidade

Resumo

O acesso à educação, à cultura e aos bens culturais são direitos de todos assegurados pela Constituição Federal no art. 215: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Tais fontes configuram o patrimônio cultural brasileiro definido no Art. 216. Segundo dados do VI Seminário Nacional sobre acessibilidade ao meio físico (1994), oitenta por cento da população brasileira não apresenta as características definidoras do homem padrão. São idosos, obesos, pessoas com capacidade física reduzida, pessoas muito altas ou muito baixas, além das que apresentam alguma necessidade especial. Sendo, muitas vezes, excluídos do pleno direito ao exercício da cidadania. Em 2003, o IPHAN pôs em vigor a Instrução Normativa nº 01, na qual apresentou considerações básicas a respeito da adaptação de bens culturais imóveis tendo como base as Leis Federais nº 10.049/2000 e nº 10.098/2000 e as normas da ABNT – hoje regulamentadas e tornadas obrigatórias pela promulgação do Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004. Uma das diretrizes da Instrução Normativa nº. 01 considera a necessidade do desenvolvimento de estudos para a avaliação de propostas de adaptação, normas internacionais, técnicas e novas tecnologias de acessibilidade com vistas à elaboração de métodos de avaliação das condições de acessibilidade real dos bens culturais imóveis. Permitir a todos o acesso ao patrimônio arquitetônico e sua plena compreensão e, ao mesmo tempo, garantir a preservação das edificações em sua integridade, autenticidade, características físicas, espaciais e respeitar o caráter de obra de arte é o desafio que se interpõe ao arquiteto e o que se pretende investigar neste ensaio por meio da avaliação de dois casos estudados durante a realização da disciplina de graduação “Projeto de Arquitetura e Urbanismo VIII” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. A disciplina, conhecida como PROAU-8, é ministrada na FAU desde 2002 e a cada semestre busca um novo tema de pesquisa. Buscando assim tratar a cada ano de dois temas gerais – um semestre dedicado ao patrimônio não-moderno e um semestre onde o enfoque é o patrimônio moderno. O conteúdo teórico é oferecido em todos os semestres mudando-se apenas as questões relativas ao apoio à intervenção no patrimônio, em especial, as questões relativas às técnicas e patologias dos materiais de construção. Os casos a serem estudados fazem parte dos objetos de intervenção da disciplina: o Touring Club do Brasil, Brasília – DF, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, construído em 1962 e o Instituto Central de Ciências – ICC da Universidade de Brasília - UnB, localizado no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília – DF, também projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, de 1960, estudados respectivamente no segundo semestre de 2002 e no segundo semestre de 2006. As dificuldades enfrentadas por alunos e professores durante o desenvolvimento da disciplina em seus respectivos semestres apresentam-se como campo profícuo para pesquisa e, especialmente, para propostas de normatização nacional com vistas à adaptação do patrimônio cultural, mas mais significativamente da adaptação das normas nacionais à realidade e especificidades do patrimônio cultural. Nossas dificuldades podem, também, ser facilmente rebatidas para o campo profissional e se mostraram um grande desafio para o exercício acadêmico. Ambos os edifícios passam atualmente por processos de estudo para a execução de obras de intervenção visando seu restauro, atualização e adaptação às exigências de normas técnicas atuais, em especial, as referentes à acessibilidade e a segurança contra incêndio.

Abstract

The access to the education, to the culture and to the cultural goods in Brazil are civil rights secured by the Federal Constitution in its 215th article: The State will guarantee to all the full exercise of the cultural rights and I access to the fountains of the national culture, and it will support and stimulate the increase in value and the diffusion of the cultural demonstrations. Such fountains shape the Brazilian inheritance defined in Art. 216. According to data of the VI National Seminar on accessibility to the physical way (1994), eighty percent of Brazilian population does not present the defining characteristics of the man standard. They are old, obese, persons with physical reduced capacity, very tall or very low persons, besides whom they present some special necessities being, very often, excluded from the full right to the practice of citizenship. In 2003, the IPHAN put into effect the Prescriptive 01, in which it presented basic considerations as to the adaptation of cultural motionless goods based on the Federal Laws 10.049/2000 and 10.098/2000 and the standards of the ABNT – today regularized and compulsory for the promulgation of the Decree 5.296 of December of 2004. One of the directives of the Prescriptive 01 considers the necessity of the development of studies for the evaluation of proposals of adaptation, international, technical standards and new technologies of accessibility. To allow to all the access to the architectural inheritance and his full understanding and, at the same time, to guarantee the preservation of the constructions in his entirety, authenticity, physical, space characteristics and to respect the character of work of art is the challenge that is interposed to an architect and that is intended to investigate in this test through the evaluation of two cases studied during the realization of the discipline of graduation “Project of Architecture and Town planning - VIII” of the Faculty of Architecture of the University of Brasilia. The discipline, known as PROAU-8, is

administered in the FAU from 2002 and at each semester it looks for a new subject of inquiry. Looking so to treat to each year of two general subjects – a semester devoted to the non-modern inheritance and a semester where the approach is the modern inheritance. The cases to be studied make part of the objects of intervention of the discipline: the Touring Club of Brazil, Brasilia – DF, project of the architect Oscar Niemeyer, built in 1962 and the Central Institute of Sciences – ICC of the University of Brasilia - UnB, located in the University Campus Darcy Ribeiro, Brasilia – DF, also project of the architect 1960-year-old Oscar Niemeyer, studied respectively in the second semester of 2002 and in the second semester of 2006. The difficulties faced by pupils and teachers during the development of the discipline in his respective semesters present themselves a useful field for inquiry and, specially, for proposals of national standards with sights to the adaptation of the cultural inheritance, but more significantly from the adaptation of the national standards to the reality and specificities of the cultural heritage. Our difficulties can be easily warded off, also, for the professional field and they showed a great challenge for the academic exercise. Both buildings suffer at present processes of study for the execution of works of intervention aiming restore, updating and adaptation to the demands of technical current standards, in special, the referring ones to the accessibility and the security against fire.

Patrimônio; Acessibilidade; Segurança / Heritage; Accessibility; Security

Patrimônio Cultural: Segurança e Acessibilidade

1 Introdução

Antes de introduzir o tema deste trabalho gostaria de justificar o termo utilizado para designar pessoas com deficiência e a razão de tratá-las desta maneira de agora em diante. Em pleno século XX utilizou-se o termo “inválido” para designar pessoas com alguma diferença em relação ao padrão do homem normal. Felizmente, os valores sociais têm mudado com grande velocidade e, hoje, esta forma de tratamento não é mais vista em lugar algum. Além do citado, outros termos já foram utilizados para designar pessoas com deficiência. Em inglês, a palavra empregada é “disable”. No Brasil, já utilizamos os termos: inválido; incapacitado; incapaz; defeituoso; deficiente; excepcional; pessoas deficientes; portadores de deficiência; pessoas com deficiência; portadores de direitos excepcionais; pessoais especiais; portadores de necessidades especiais, mais recentemente, pessoas com necessidades especiais e, atualmente, pessoas com deficiência.

Quais as razões para se empregar o termo “pessoa com deficiência” e não os outros? Em alguns casos a justificativa é óbvia: expressões como incapacitado ou defeituosos são, claramente, pejorativas e preconceituosas. O uso do termo “pessoa com deficiência” agrega, segundo Romeu Sasaki, valores às pessoas, tais como “1) o uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle das situações; 2) o uso da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, como ou sem deficiência”¹. Além do que esta expressão foi escolhida em 2000, na cidade de Recife, por pessoas com deficiências como a forma que gostariam de ser tratadas, pois não consideram que carregam (portam) uma deficiência.

A realização, em 1981, do “Ano Internacional dos Portadores de Deficiência” marcou um importante momento para a inclusão social no Brasil e no mundo. Setores organizados da sociedade brasileira e mundial realizaram campanhas em busca da inclusão social e econômica desse grupo significativo em termos quantitativos da população, porém até então segregado. Um dos aspectos relevantes levantados naquele ano de intensa atividade foi o esclarecimento de parte da sociedade das dificuldades enfrentadas dia-a-dia por pessoas com necessidades especiais referentes às barreiras arquitetônicas que dificultam ou mesmo impedem o direito, garantido pela constituição, de ir e vir.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, vinte e quatro milhões e meio de pessoas no Brasil apresentavam algum tipo de necessidade especial, o que correspondia a quatorze e meio por cento da população economicamente ativa do país². Naquele mesmo ano,

¹ SASSAKI, Romeu Kazumi. *Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *CENSO Demográfico 2000: Características gerais da população – dados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

nos meses de novembro e dezembro, foram promulgadas as leis nº. 10.048 e nº. 10.098, respectivamente, como resposta governamental às pressões da sociedade organizada.

Os reflexos do “Ano Internacional dos Portadores de Deficiência”, hoje conhecidas como pessoas com deficiências, foram sentidos também na Europa. Os exemplos das atuações inglesas e espanholas são referências mundiais. Em 1995, o governo da Inglaterra promulgou o “The Disability Discrimination Act”, ou DDA, que estabelece deveres para empregadores, prestadores de serviços e instituições educacionais à respeito das expectativas e direitos das pessoas com necessidades especiais. Estas obrigações se estendem aos responsáveis por edificações de caráter histórico tombadas ou não, passando a vigorar sem restrições a partir de 01 de outubro de 2004.

As referências a serem observadas pelos arquitetos, prestadores de serviço e construtores podem ser encontradas na norma britânica, BS 8300:2001 - Design of Buildings and their Approaches to Meet the Needs of Disabled People e, em especial, o regulamento de construção 2000 – “Building Regulations 2000 - Approved Document M – Access to and use of buildings” contendo novas informações a respeito da acessibilidade e que complementam as informações da norma BS 8300. É bastante provável que num futuro próximo a norma e a regulamentação se fundam em um novo documento completo. Os ingleses ainda contam com a norma BS 7913:1998 – “Guide to the principles of the conservation of historic buildings” para orientá-los quanto às necessidades especiais das intervenções em bens tombados.

No entanto, estas leis só foram devidamente regularizadas em 2004, com a promulgação do Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro, que as regulamenta e ainda estabelece os prazos para sua efetivação, bem como, as penalidades por sua não observância. Vinculada ao decreto presidencial está a norma brasileira NBR-9050 que, a partir de então, passou a ser obrigatória.

Dentro da experiência da disciplina de Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8 – Técnicas Retrospectivas enfrentamos, a cada semestre, o desafio acadêmico de adaptar edifícios, modernos ou não, às exigências legais de acessibilidade, bem como, de segurança patrimonial, especificamente, segurança contra incêndio. O desafio da adaptação está na necessidade de alteração física do bem em que se fará a intervenção. Em muitos casos, não há como apenas se fazer restauro, será necessário instalar saídas de emergência, rampas, plataformas ou elevadores, como resposta às adaptações de uso, mudanças espaciais e, principalmente, visando a segurança e acessibilidade aos usuários. E mesmo a intervenção de restauro não pode deixar de levar em consideração os aspectos citados, com o risco de desrespeitar a lei e, sobretudo, desrespeitar o cidadão.

Este texto apresenta em seus itens iniciais os conceitos base para, em seguida, integrá-los à experiência acadêmica de intervenção em edificações modernas. Procuramos nos estudos de

caso apresentar as dias edificações modernas estudadas na disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8 – Técnicas Retrospectivas – PROAU 8. E, principalmente, apresentar algumas das dificuldades vividas por docentes e discentes no processo de projeto de intervenção.

Inicialmente, trataremos do conceito de acessibilidade para em seguida nos atermos à segurança patrimonial. Os dois conceitos não foram escolhidos em função apenas das questões legais, mas, fundamentalmente, pelo impacto causado às edificações por estas adaptações.

2 Acessibilidade

A lei 10.098/2000, em seu art. 2º, define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.”³

No entanto, para se compreender acessibilidade é preciso definir o conceito de deficiência. O Decreto 5.296/2004 define como pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida aquelas que se enquadram nos itens do Capítulo II, Artigo 5º. Parágrafo 1º, que envolve deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e mental. Segundo dados da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, no VI - Seminário Internacional sobre Acessibilidade ao Meio Físico – SIAMF, oitenta por cento da população brasileira não apresenta as características definidoras do homem padrão. São pessoas idosas, obesas, pessoas com capacidade física reduzida, pessoas muito altas ou muito baixas, além das que apresentam alguma necessidade especial⁴. São pessoas muitas vezes excluídas do pleno direito ao exercício da cidadania. E que podem, mesmo, estar excluídas do amparo legal.

No entanto, para Luiz Henrique Lima, mesmo que não existisse legislação específica sobre acessibilidade a exclusão e o preconceito são inaceitáveis⁵. Dentre os princípios constitucionais da administração pública estão: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, apresentados no art. 37, inciso I da Constituição Federal. Vamos nos ater a um deles e seus desdobramentos: legalidade. Segundo este princípio, o administrador público deve obrigatoriamente atuar dentro dos limites da lei e apenas nestes limites, além do que, está sujeito a agir sempre para o bem comum e o interesse público, pois não pode deixar de respeitar os outros preceitos da administração, como moralidade e eficiência. Portanto, ao desobedecer ao decreto 5.296/2004 o administrador público responsável pela gestão ou execução de obras não poderá desrespeitar as leis infraconstitucionais 10.098/2000 e 10.048/2000, sob pena de executar ato ilegal, ao desrespeitar a constituição federal.

³ BRASIL. Legislação. Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

⁴ COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CORDE. Anais do VI Seminário sobre acessibilidade ao meio físico. Brasília: CORDE, 1994.

⁵ LIMA, Luiz Henrique. Acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências: requisito da legalidade, legitimidade e economicidade das edificações públicas. Jus Navegandi, Teresina, ano 11, nº. 1233, 16 nov. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9167>. Acesso em: 10 maio 2007.

Qualquer construção ou intervenção em edificação pública existente não poderá, pelo princípio da legalidade, desobedecer aos ditames do Decreto 5.296/2004. Em contrapartida, toda a legislação já construída em nosso país, bem como, às normas de acessibilidade, em especial, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 9050 ainda não foram suficientes para garantir a acessibilidade a um vasto patrimônio cultural construído ao longo da história, e que hoje se apresenta na forma de museus, centros culturais, bibliotecas, parques, entre outros.

Segundo Begoña Consuegra Cano, outros países, em especial a Espanha, também construíram uma grande gama normativa e legal para dar suporte à vida e à cidadania das pessoas com deficiência. No entanto, além das leis e das normas que deliberam e oferecem aos cidadãos a liberdade ou o direito de ir e vir, se, de fato, um indivíduo não for capaz de colocar em prática seus desejos e interesses, ou seja, desfrutar de sua liberdade, a cidadania está incompleta e o direito individual desrespeitado. Portanto, mais do que liberdade temos que permitir ao cidadão, com ou sem deficiência, autonomia.

En nuestro país está bastante desarrollada la normativa relativa a la accesibilidad y existen trabajos de recopilación de la legislación actualmente vigente, pero no debemos olvidar que para llevar a cabo cualquier acción, es la autonomía personal, no la libertad el requisito más importante; y esto solo es posible a través de una formación en sintonía con el tiempo y la cultura que estamos insertos. Cualquier pauta de accesibilidad debe encaminarse a que la persona disponga de la suficiente autonomía para actuar según sus intereses.⁶

A remoção de barreiras arquitetônicas é uma preocupação atual e interfere, como se percebe, de maneira clara no campo de atuação de diversos profissionais responsáveis por intervenções urbanas ou em edifícios históricos ou não. São obrigados a observar a legislação vigente, mas, sobretudo devem visar o bem estar social e a autonomia do cidadão. É com esta perspectiva que a disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8 se desenvolve e, para tanto, é necessário além da atenção às questões como estética, funcionalidade e acessibilidade tratar do tema segurança.

3 Segurança

O conceito de segurança patrimonial envolve, entre seus itens principais, a proteção e a preservação da integridade de:

1. pessoal;
2. documentos;
3. patrimônio;
4. áreas e instalações.

⁶ CANO, Begoña Consuegra. El acceso al patrimonio histórico de las personas ciegas y deficientes visuales. 1ª.ed. Madrid: Organización Nacional de Ciegos Españoles – ONCE, 2002. p. 24.

Neste último item estão inseridos todas as medidas para a prevenção e controle de incêndios e acidentes de trabalho, bem como, qualquer outro tipo de sinistro que represente uma ameaça a edificação, tal como, enchentes, deslizamentos de terra, descargas atmosféricas, entre outros.

O objetivo principal da segurança patrimonial é a Segurança de Pessoal. Garantir a integridade física e psicológica dos públicos interno e externo, no desempenho de suas atividades (usuário interno) ou durante o período de permanência na edificação (público externo) é o fim primeiro e último dos procedimentos de segurança patrimonial. Para tal, é necessário planejar e prevenir a ocorrência do sinistro durante a concepção da edificação, por meio da realização de planos de prevenção e contingência onde, a fuga, o resgate em condições adequadas e a restauração das atividades normais após qualquer sinistro sejam considerados.

3.1 Segurança de áreas e instalações – Segurança contra incêndio

Ao estudarmos as medidas necessárias para a prevenção e proteção contra incêndio, bem como, as indicações feitas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e pelo Corpo de Bombeiros é possível perceber o grau de interferência no projeto de arquitetura necessário para adequar uma edificação. Dentre as atividades mais comuns de prevenção podemos citar:

1. detalhamento e seleção de materiais não-inflamáveis, retardantes de chama ou supressores de fumaça, entre outros.
2. instalação de equipamentos de prevenção ativa, como, chuveiros automáticos, detectores de fumaça ou chama;
3. instalação de equipamentos de combate ao incêndio, como, extintores, hidrantes e/ou mangotinhos.
4. instalação de sinalização contra incêndio e pânico;
5. criação de compartimentos a prova de chama ou elementos de compartimentação de modo a evitar a propagação do incêndio;
6. criação de rotas de fuga;
7. instalação de portas corta-fogo e escadas de segurança;

Além das atividades citadas, as normas de proteção contra incêndio prevêm a necessidade de proteção dos elementos estruturais da edificação. Tais proteções exigem a modificação de seção de peças, como pilares e vigas, pela adição de materiais retardantes de chama, como pintura intumescente, concreto projetado, argamassas a base de gesso, lã de rocha, entre outros.

Todas estas e outras informações pertinentes são oferecidas aos alunos da disciplina em momento adequado. A disciplina PROAU 8 foi dividida em três módulos: 1) Módulo Teórico, que trabalha a *Teoria e História da Conservação, os Aspectos Normativos e Institucionais* (cartas

patrimoniais, legislação e instituições internacionais e nacionais, e estudos de caso), bem como a *Preservação no Contexto Urbano* (planejamento urbano e conservação, centros históricos, entorno de monumentos protegidos, intervenções em contextos pré-existentes, e estudos de caso); 2) Módulo Técnico, que trabalha a *Tecnologia da intervenção* (materiais e técnicas tradicionais, degradação de materiais e patologias dos edifícios, estudo de técnicas de intervenção, diagnóstico e estudos de caso) e; 3) Módulo Prático, que trabalha o *Projeto de Intervenção*.

Quanto apresentados ao objeto de estudo da disciplina PROAU 8, os acadêmicos têm em mente as informações presentes no Módulo Técnico e são solicitados a responder não apenas aos desafios históricos e estéticos, mas também às questões construtivas e técnicas da intervenção.

4 Estudos de Casos

Dentre os casos estudados na disciplina “Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8 – Técnicas Retrospectivas” estão o prédio sede do Touring Clube do Brasil, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, apresentado aos acadêmicos no segundo semestre de 2002 e o Instituto Central de Ciências, também projeto de Niemeyer e detalhado e construído pelo arquiteto João Filgueiras Lima, objeto de estudo do segundo semestre de 2006.

Nos dois edifícios destacados, os estudantes do curso trabalharam com o objetivo de intervir para sua atualização, adaptação às tecnologias modernas, bem como, para a requalificação de seus espaços internos e externos de acordo com ou programa pré-estabelecido que lhes colocava, além das necessidades de intervenção, a inserção de novos objetos que lhes obrigavam a se posicionar como arquitetos projetando em um contexto pré-existente.

Os desafios enfrentados por professores e alunos encontram-se, em sua maioria, concentrados em duas áreas específicas:

1. Acessibilidade: respeitar o decreto 5.296/2004 e introduzir nas edificações estudadas as indicações das normas ABNT NBR 9050, bem como, as demais indicações das leis de acessibilidade.
2. Segurança: em especial, segurança contra incêndio, onde enfrentamos a maior parte das intervenções capazes de alterar profundamente aspectos arquitetônicos da edificação, a ponto de interferir em sua autenticidade.

Tanto o Touring Club quanto o ICC passam atualmente por processos de intervenção que já enfrentam ou enfrentarão as dificuldades que indicamos acima. Projetados na década de 1960, tais preocupações aqui indicadas não faziam parte das observações projetuais da maneira como atualmente são exigidas de nossos profissionais.

4.1 Touring Clube do Brasil



Figura 1 – Touring Club do Brasil – Fachada Sul.⁷

Uma das primeiras atividades práticas da disciplina PROAU 8 são os levantamentos cadastrais e de patologias do objeto de estudo. Em grupos, os acadêmicos levantam todas as informações possíveis sobre a edificação e elaboram um arquivo de dados comum que servirá de apoio à disciplina e ao projeto de intervenção. Não é nossa intenção descrever detalhadamente o Touring Club de Oscar Niemeyer, acreditamos ser interessante apresentar a edificação na situação em que a encontramos durante o primeiro levantamento realizado.

Construído em 1963 e projetado para abrigar exposições automobilísticas do Touring, a edificação (Figura 1), um volume horizontal discreto localizado ao lado da plataforma rodoviária em contato direto com o atual Conjunto Cultural da República encontrava-se em 2002, está bastante degradada. As esquadrias e os elementos de vedação encontravam-se em péssimo estado de conservação e o, mais preocupante, alguns problemas estruturais foram identificados, como a movimentação das varandas em balanço situadas nas fachadas norte e sul. A estrutura de concreto armado apresentava sinais de segregação, vazios de concretagem e corrosão das armaduras em diversos pontos com o agravante da presença de fezes de pombos em grande quantidade sobre a estrutura e sobre o piso (Figura 2).



Figura 2 e Figura 3– Touring Club do Brasil – manchas e escorrimentos: fezes de pombos.⁸

Atualmente, a edificação aguarda um processo de intervenção e irá abrigar neste ano a exposição “Casa Cor” em homenagem ao centenário de Oscar Niemeyer. Segundo a Secretaria de Estado

⁷ Foto: Arquivo da Disciplina PROAU 8.

⁸ Foto: Arquivo da Disciplina PROAU 8.

de Cultura do Governo do Distrito Federal estas ações já iniciaram, com a realização de um “mutirão” de poucas horas de duração:

O secretário de Cultura do Distrito Federal, Silvestre Gorgulho, comandou um verdadeiro mutirão na manhã desta quarta-feira (26-07-2007) no prédio do antigo Touring, localizado no Setor Cultural Sul, em frente ao Conic. Gorgulho reuniu representantes da CEB, CAESB, Administração do Plano Piloto, Vigilância Sanitária e Polícia Militar com o objetivo de recuperar o edifício, hoje abandonado e servindo de ponto para o comércio irregular.

O prédio atualmente abriga mendigos, serve de depósito para vendedores ambulantes e é ocupado irregularmente por uma borracharia e uma oficina, além de acumular entulho e sujeira. Segundo Gorgulho, o edifício deve ter atenção especial em um projeto de recuperação dos espaços públicos do Distrito Federal. ‘Qualquer revitalização de Brasília deve passar pela restauração e otimização desse local, que é privilegiado pela localização e pela vista maravilhosa que se tem da Esplanada dos Ministérios.’⁹

Projetada, muito provavelmente, no mesmo ano de sua construção a edificação de três pavimentos na fachada leste, e térrea na fachada oeste apresenta-se como um elemento de ligação entre a esplanada dos ministérios e a plataforma superior da rodoviária, mas atualmente funciona como uma séria barreira a esta conexão. O edifício não conta com elevadores, escadas acessíveis. A única rampa existente está bloqueada e para funcionar como acesso a plataforma rodoviária foi instalada uma escada metálica (Figura 4) provisória que se encontra degradada.



Figura 4 – Touring Club do Brasil – Escada de acesso à plataforma superior da Rodoviária.¹⁰

Durante o exercício acadêmico, um de nossos maiores desafios foi adaptar esta edificação ao novo uso proposto conferindo-lhe acessibilidade. Como adequar a belíssima escada em leque de Oscar Niemeyer aos ditames da norma NBR 9050? Onde inserir um elevador ou plataforma hidráulica que dê acesso a todos os pavimentos e não danifique a estrutura da edificação, já que a

⁹ Disponível em: <http://www.sc.df.gov.br/exibe_materia.php?id=49>. Acesso em: 16 ago 2007.

¹⁰ Foto: Arquivo da Disciplina PROAU 8.

instalação de uma rampa é simplesmente inviável sem descaracterizar completamente a edificação?



Figura 5 e Figura 6 – Touring Club do Brasil – Escada principal (Bloqueada no pavimento superior).¹¹

A experiência de projetar diante deste contexto rendeu-nos um enorme desafio. Os estudantes de PROAU 8 procuraram reforçar a relação do edifício com seu entorno e fortalecer a circulação de pedestres, que já é um fato no local: o possível caminho a pé da Praça dos Três Poderes à Rodoferróviaria, passando pelo Setor de Diversões Sul. O esforço rendeu-nos também a percepção de que trilhávamos um caminho correto na proposta da disciplina com a menção honrosa concedida ao projeto (Figura 7) elaborado pelos alunos: Daniel Koji Miike, Joana Alcântara e Rodrigo Biavati apresentado no Concurso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos ocorrido no Rio de Janeiro em 2003.¹²

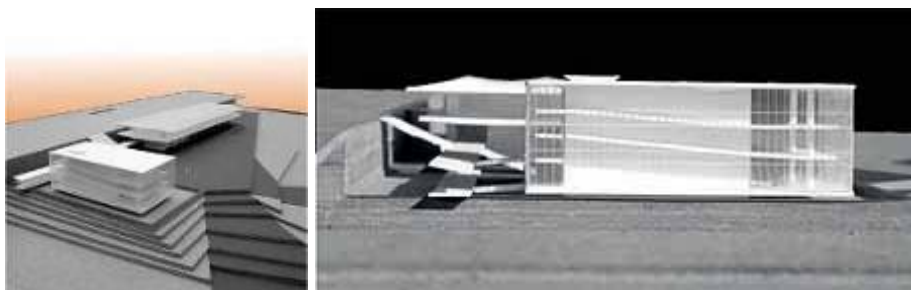


Figura 7 e Figura 8– Fotos da maquete do projeto de intervenção no Turing Club de Brasília.¹³

4.2 Instituto Central de Ciências

No segundo semestre de 2006, nosso objeto de estudo foi nosso “ilustre conhecido” Instituto Central de Ciências- ICC que abriga em sua ala norte em parte do bloco “A”, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Segundo o plano diretor elaborado, em 1962, por Lúcio Costa os institutos de biologia, matemática, física, química e geociências estariam localizados em edifícios isolados no campus. Em 1963, após assumir a coordenação do Centro de Planejamento da Universidade de Brasília –

¹¹ Foto: Arquivo da Disciplina PROAU 8.

¹² Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst63/inst63_2c.asp>. Acesso em: 16 ago 2007

¹³ Idem.

CEPLAN, o arquiteto Oscar Niemeyer modificou o plano original e reuniu estes institutos em um único edifício, criando assim o Instituto Central de Ciências, um edifício de concepção e dimensões marcantes no campus universitário e na cidade.



Figura 9 e Figura 10 – Instituto Central de Ciências Fachada Oeste/Ala sul e Jardim interno/Ala Centro.¹⁴

O “minhocão”, como é popularmente conhecido, passa, atualmente, por um processo de reestruturação, o segundo em sua vida útil. Diversos institutos deixarão o edifício para ocupar instalações próprias, entre os principais estão: o Instituto de Ciências Biológicas – IB, o Instituto de Química – IQ, as Faculdades de Economia, Administração e Contabilidade, o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE, que, conforme sugerido no plano diretor elaborado por Lúcio Costa, a exceção do CESPE, deveriam originalmente possuir sedes próprias.

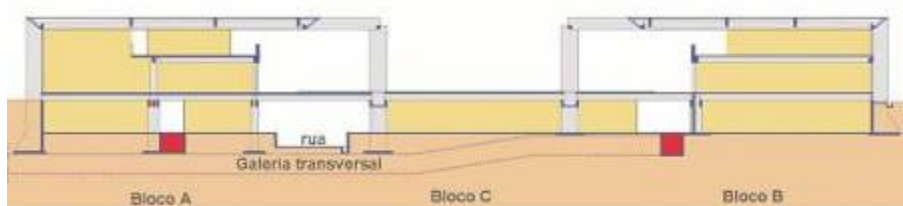


Figura 11 – Corte transversal típico do Instituto Central de Ciências - ICC¹⁵.

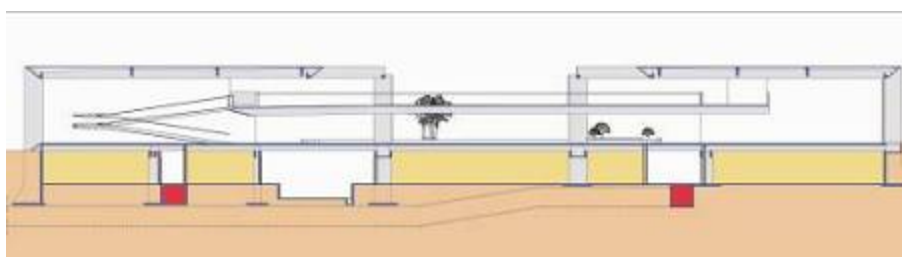


Figura 12 – Corte transversal típico da área de acesso ao Instituto Central de Ciências – ICC.¹⁶

Os 120.000 m², 03 pavimentos, sendo um subsolo e 696m de extensão longitudinal, serão reestudados para acomodar com adequação os institutos e faculdades que permanecerão em suas instalações. Neste contexto o tema proposto foi a requalificação e atualização das instalações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

¹⁴ Fotos: Arquivo pessoal – Oscar Luís Ferreira

¹⁵ Ilustração gentilmente cedida pelo Centro de Planejamento Oscar Niemeyer – CEPLAN.

¹⁶ Idem.

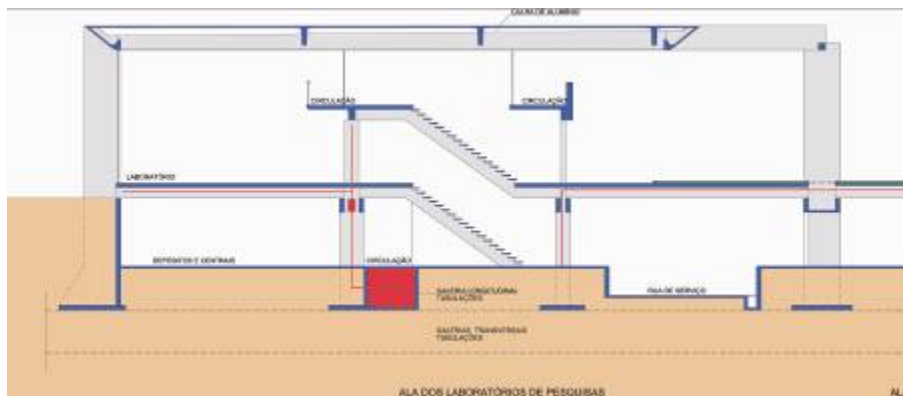


Figura 13 – Corte transversal típico da área de acesso ao Instituto Central de Ciências – ICC.¹⁷

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas foi o fato de o ICC ser, na verdade, um ilustre desconhecido para nossos alunos. Acostumados ao ambiente “inacabado” e com patologias diversas, em especial, as relacionadas ao conforto ambiental, os acadêmicos afirmaram ao início das atividades que o tema era, sobretudo, desmotivante. Nossa atividade inicial foi o de resgatar importantes conceitos e valores da arquitetura moderna e (re)apresentar o ICC, marcando suas importantes características arquitetônicas, bem como, históricas.

As figuras acima ilustram as dificuldades enfrentadas com relação a acessibilidade. O ICC conta com duas rampas que são acesso somente ao mezanino e estão afastadas uma da outra cerca de duzentos metros. Não há acesso a pessoas com deficiência ao subsolo. A edificação não conta com rampas ou elevadores e a via de serviço no subsolo está a cerca de um metro e meio abaixo da circulação.

Além da acessibilidade, o levantamento da Faculdade de arquitetura demonstrou diversas áreas que oferecem grande risco à segurança de docentes e discentes. Dentre outros locais com problemas, os laboratórios de informática, maquete, conforto ambiental e um pequeno auditório localizados no subsolo não apresentam rota alternativa de fuga, bem como, não forma localizados nas proximidades extintores, hidrantes ou outro sistema de combate ao incêndio. Tal fato foi levado ao conhecimento da direção da faculdade e à prefeitura do campus.

Vencidos os primeiros desafios, os restantes, que não foram poucos, gradativamente foram sendo superados pelo entendimento de que a arquitetura moderna é caracterizada, entre outras características, pela planta livre, pelo sistema estrutural independente, pela funcionalidade e caráter local e que o arquiteto deve se posicionar para solucioná-los sempre com a perspectiva da contemporaneidade.

5 Conclusões

Durante a elaboração dos projetos de intervenção para a disciplina PROAU 8, e não apenas nos semestre citados nos estudos de caso, questionamos as propostas realizadas, bem como fomos

¹⁷ Ilustração gentilmente cedida pelo Centro de Planejamento Oscar Niemeyer – CEPLAN.

constantemente questionados à respeito de como um arquiteto deve se posicionar diante de uma obra existente, monumento tombado ou não, de autoria conhecida ou não.

Até a primeira apresentação os alunos, que receberam apenas a carga teórica dos módulos, não são orientados diretamente. A partir desta entrega as atividades de ateliê se iniciam com uma exposição dos docentes a respeito de todos os trabalhos realizados e a forma como cada um, de maneira geral, absorveu ou não os conteúdos ofertados. O debate se inicia após a apresentação com o rebatimento das críticas. O ambiente de ateliê de projeto se fortalece e se consolida ao longo do semestre e os resultados são, no mínimo, satisfatórios.

Sobre os nossos estudos de caso, os edifícios do Touring Club do Brasil e do Instituto Central de Ciências da UnB passam, atualmente, por processos de estudo para a execução de obras de intervenção, visando seu restauro, atualização e adaptação às exigências de normas técnicas atuais, em especial, as referentes à acessibilidade e a segurança contra incêndio. As dificuldades enfrentadas por alunos e professores durante o desenvolvimento da disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8, em seus respectivos semestres, apresentam-se como um campo profícuo para a reflexão, pesquisa e, especialmente, para a montagem de propostas de normatização nacional com vistas à adaptação do patrimônio cultural, mas mais significativamente da adaptação das normas nacionais à realidade e especificidades do patrimônio cultural. Nossas dificuldades podem, também, ser facilmente rebatidas para o campo profissional e se mostraram um grande desafio para o exercício acadêmico.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97p.

BOITO, Camillo. Os restauradores. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 63p.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Alexandre de Moraes. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 423p. (Série Manuais de Legislação).

_____. Legislação. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Lei de Tombamento. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

_____. Ministério das Cidades. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CORDE. Anais do VI Seminário sobre acessibilidade ao meio físico. Brasília: CORDE, 1994. 214p.

CANO, Begoña Consuegra. El acceso al patrimonio histórico de las personas ciegas y deficientes visuales. 1ª.ed. Madrid: Organización nacional de ciegos españoles – ONCE, 2002. 179p.

ENGLISH HERITAGE. Easy access to historic buildings. London: English Heritage, 2004. 55p.

Disponível em: <<http://www.english-heritage.org.uk>>. Acesso em: 10.12.2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO Demográfico 2000: Características gerais da população – dados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 178 p.

IMRIE, Rob. HALL, Peter. Inclusive design: Designing and developing accessible environments. New York: Spon Press, 2001. 187p.

LIMA, Luiz Henrique. Acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências: requisito da legalidade, legitimidade e economicidade das edificações públicas. Jus Navegandi, Teresina, ano 11, no. 1233, 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9167>> Acesso em: 10 maio 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

SILVA. Valdir Pignatta e. Estruturas de aço em situação de incêndio. São Paulo: Zigurate, 2001.

VEGA, José Manuel Guerrero. Manual de Accesibilidad. Madrid: Instituto Nacional de Servicios Sociales, 1995. 143 p.